

Especialistas debatem a democratização do ensino

Democratização da universidade, descentralização do ensino, custo das faculdades, ensino obrigatório dos seis aos 16 anos, autonomia dos Estados e regime sabático (folgas para os professores em determinados períodos) foram os principais temas discutidos ontem, das 9 às 12 horas, no primeiro debate sobre o tema "Educação e Constituinte", coordenado pelo Ministério da Educação. O debate foi gerado no auditório da Embratel no Rio de Janeiro e transmitido pela TV executiva da empresa para todos os auditórios regionais das capitais dos Estados.

Além do presidente do Fórum de Secretários Estaduais de Educação do Rio Grande do Sul, Plácido Steffen, e do deputado federal Paulino Cícero, três membros da "comissão dos notáveis", nomeada pelo presidente José Sarney, encarregada de preparar um anteprojeto para a Constituinte, estiveram presentes: o ex-ministro da Educação e presidente do Conselho Federal de Cultura, Eduardo Portella; o reitor da UNB, Cristovam Buarque; e o professor Cândido Mendes. Segundo Jessé Guimarães, membro do Conselho Federal de Educação, "o objetivo do MEC é oferecer aos segmentos interessados e envolvidos com a educação um canal aberto de comunicação com o Legislativo".

Os membros da mesa responderam a perguntas de educadores, representantes de partidos políticos, órgãos públicos ligados à educação e dirigentes de Secretarias Estaduais e Municipais presentes nos auditórios da Embratel, como do público de certas regiões do País que acompanha-



Educação em debate

O secretário estadual de Educação, José Aristodemo Pinotti, reuniu-se ontem com membros da Comissão de Educação do Conselho da Comunidade Negra, para debater o Programa de For-

mação Integral da Criança (Profic). Segundo Pinotti, o objetivo do Profic — do qual participam secretarias e órgãos do governo — é evitar o aumento do número de crianças abandonadas.

ram o debate pelas emissoras educativas. Para o ex-ministro Eduardo Portella, a democratização da universidade "é uma matéria imperativa a ser levada para a Constituinte. A comunidade universitária e local deverão fiscalizar juntamente com as mantenedoras os novos rumos do nível superior".

Quanto às acusações feitas pelos professores universitários de que o baixo nível registrado em suas aulas é consequência da ineficiência do ensino de 1º e 2º graus, os educadores

concluíram que historicamente verifica-se que as reformas de ensino feitas no Brasil atingem os três níveis com diferenças de dez anos. "É necessário pensar na educação como um todo, inclusive quanto ao período pré-escolar", afirmou o professor Cândido Mendes, que defendeu essa primeira fase do ensino como a única forma de atuação sobre a estrutura motora, intelectual e até mesmo alimentar do aluno, que poderá resolver o índice de 60% das deficiências sentidas na primeira série do 1º grau.